

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E O PROTAGONISMO ESTUDANTIL: O ATO POLÍTICO DE EDUCAR

Carlos Roberto Medeiros Cardoso¹

RESUMO

Este artigo tem por finalidade promover uma análise sobre o papel político e emancipador de uma educação pública de qualidade, dentro deste período histórico de retrocesso no qual vivemos, refletindo sobre a importância de uma gestão escolar fundamentada nas ciências educativas e em práticas democráticas de gestão que ensejem a participação ativa e protagonista dos educandos enquanto metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: gestão democrática; autonomia; protagonismo; política; direito à educação.

1. EDUCAÇÃO COMO AÇÃO POLÍTICA

O Brasil vive um momento de retrocesso histórico em que práticas reacionárias com viés fascista ressuscitam o discurso da “*moral cristã*” e dos bons costumes, por meio de projetos como “*Escola sem Partido*”² e “*Homeschooling*”³ que pregam o combate a uma doutrinação marxista e libertina, fruto da liberdade de cátedra, justificando que estas afrontam o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado, pondo assim supostamente em risco o Estado democrático.

Tais afirmações, apesar de sua negação pedagógica, ecoam na sociedade como verdades cristalizadas, em discursos sórdidos e distorcidos sobre a prática escolar, tecendo um ataque feroz sobre todos os valores das ciências educativas e, apesar do que pregam, se propõem a fazer o contrário, limitando a capacidade de desenvolvimento cognitivo social de nossos educandos, uma vez que os consideram como “sacos vazios” onde concepções e ideologias são lançadas e se enraízam como verdades na vida dos educandos.

¹ Pós-Graduado em Educação pela Universidade de São Paulo (2013), possui graduação em Pedagogia pela Universidade Camilo Castelo Branco (1993) e graduação em LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA pela Universidade de Mogi das Cruzes (1987). Atualmente é Diretor de escola efetivo na EMEF Deputado Caio Sérgio Pompeu de Toledo, DRE Guaianases - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e Professor Efetivo de Educação Básica II - Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Escolar.

² Escola sem Partido: Movimento político conservador que tem como objetivo combater o que eles titulam de “Doutrinação Ideológica”

³Homeschooling: PL 3261/2015: Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº8.069/1990, que dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente.

Com relação à educação e seus fins, o enfoque da crítica às vezes se restringe à “passagem de conhecimentos, os quais, se forem críticos (e em quantidade suficiente) bastam para tornar crítica a própria educação. Tal concepção minimiza, obviamente, a forma do ensino (relação entre sujeitos), com seu papel determinante tanto como componente do conteúdo quanto como mediação que torna possível sua apropriação.[...] (PARO, 2015 p. 55)

Neste contexto histórico, pensar na singularidade da ação educativa escolar enquanto processo de trabalho, buscando identificar e analisar quais são esses processos, se faz central para se pensar em uma educação de qualidade. Segundo Marx (1996), são três os elementos que compõem o processo de trabalho (MARX 1996): objeto de trabalho, instrumentos de trabalho e força de trabalho.

Na ação educativa, identificar o “objeto de trabalho” não apresenta grandes dúvidas, facilmente se aponta o educando, porém mesmo reconhecendo o aluno como sujeito, na prática ele é tratado como um mero objeto depositário, no qual o professor, no “alto de sua erudição”, deposita seu “saber”.

[...] Nesse processo, o mais importante é o conteúdo a ser transmitido, aparecendo o educador como simples provedor de conhecimentos e informações e o educando como simples receptáculo desses conteúdos. O que conta é o conteúdo, que pode ser mais ou menos rico, dependendo da forma, ou do método de ensino. (PARO, 2010 p. 2)

Tal prática denunciada por Freire (1982) como Educação Bancária, continua viva e verdadeira no cotidiano escolar e com ela continua-se a corromper o objetivo da ação educativa escolar, o de ensinar meios para o pleno desenvolvimento do educando enquanto humano histórico através de sua apropriação da cultura historicamente produzida pela humanidade, uma vez que os instrumentos de trabalho ficam restritos pelo senso comum a um conteudismo limítrofe.

Dentro do processo de trabalho educativo escolar, entende-se como instrumentos de trabalho o rol de conteúdos, giz, lousa e saliva, e uma técnica desumanizada que prioriza a verticalidade das ações à dialética do pensar, em nome de uma neutralidade política, que erroneamente buscam justificar no caráter laico da educação.

[...] A escola laica se quer fundamentalmente republicana, em oposição às opções monárquicas da escola católica. Ela associa o engajamento republicano à recusa de toda intervenção nas querelas partidárias e eleitorais. Reivindicar a laicidade para apresentar a neutralidade política como fundamento da escola é esquecer a origem dessa escola. (CHARLOT, 1983 p.12)

A educação é necessariamente política, à medida que transmite às crianças ideias políticas sobre a sociedade, a justiça, a liberdade, a igualdade, etc. (CHARLOT, 1983) e para isso é necessário que sejam aplicadas técnicas específicas, dialéticas, democráticas, pautadas nos avanços das ciências educacionais, que ensejam a transformação da matéria prima (o aluno), de um homem rústico, natural, no produto de um homem elaborado pela apropriação da cultura na formação de sua personalidade humano-histórica.

Para isto, precisamos identificar quais são as forças de trabalho inseridas no processo pedagógico.

De imediato se identifica o professor como o trabalhador desse processo, mas esta verdade se faz parcial, primeiro na medida em que se precisa entender a especificidade desse trabalho, não apenas pela sua natureza de sua produção imaterial e que não produz mais-valia⁴, mas porque ele necessariamente precisa ser livre, pois não se pode alienar o trabalho de seu resultado, o homem educado.

Segundo, porque o trabalho do professor não se constitui em plasmar uma nova personalidade ao educando, mas em mediar esse processo, uma vez que o educando não pode ser restringido à condição de consumidor, pois num processo pedagógico legítimo o educando não apenas se faz presente, mas participa do processo, já que, sem sua participação de forma ativa, a produção não ocorreria.

[...] No caso da produção da atividade pedagógica, entretanto o aluno não pode estar presente como simples espectador, sob pena de o processo educativo deixar de realizar-se. Em outras palavras, é próprio da atividade educativa o fato de ela não poder realizar-se a não ser com a participação do educando. Essa participação se dá porque o aluno entra no processo ao mesmo tempo como objeto e como sujeito da educação. (PARO, 2012 p.185)

Por conseguinte, o trabalho do professor se faz muito mais denso e complexo do que o definido pelo senso comum de transmitir conhecimentos pré-estabelecidos por um currículo pobre, elaborado a partir da necessidade de se preparar a mão de obra para o mercado de trabalho.

O professor não pode ignorar em sua atuação funções sociais relacionadas à dotação de um saber crítico a respeito da sociedade de trabalho alienado, pois não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele (PARO, 1999).

⁴Mais-valia é o termo utilizado por Karl Marx em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca. Não consideramos aqui o trabalho docente em escolas particulares, apenas na educação pública.

Terceiro, porque o aluno não se apresenta no processo de trabalho pedagógico apenas como objeto de trabalho, na condição de sujeito, que através da ação educativa transformará sua personalidade, pois em última análise é ele quem transforma sua personalidade através da mediação do professor e da apropriação que lhe for possível de toda cultura historicamente produzida pela humanidade, construindo assim um homem livre e concretizando, dessa forma, seu papel de trabalhador neste processo de produção educacional.

Portanto, pensar sua atuação de sujeito, senhor de vontade, não pode se restringir à participação ativa no processo das “aulas”, pois para se tornar este homem livre que desejamos, se faz necessário que assuma também seu papel de protagonista na gestão do processo educacional escolar, através das livres organizações estudantis, não apenas com atuação nos Grêmios Escolares e Conselhos de Escola, mas efetivamente na construção de uma escola emancipadora pautada nos seus interesses de homens livres e autônomos, pois só existe educação se o educando concorre como sujeito da educação (PARO, 2010)

Entender o educando como parceiro de primeira grandeza na construção de um processo educativo escolar é fundamental e central na construção de uma escola efetiva e de uma sociedade justa, pautada em valores fundamentais da humanidade.

2. O PROTAGONISMO DO EDUCANDO

No determinismo imposto pelo senso comum que rege a concepção de educação vigente na sociedade brasileira, reconhecer a subjetividade do aluno e seu protagonismo no processo educativo parece significar a desconstrução da imagem e importância do professor no desenvolvimento do processo educativo e, por conseguinte, na emancipação humano-histórica do educando, o que não passa de uma falácia, pois o professor é figura central e vital na potencialização deste processo, uma vez que diferentemente do pensar pautado no senso comum, educação é atualização histórica de cada indivíduo e o educador é o mediador que serve de guia para esse mundo praticamente infinito da criação humana (PARO, 1999).

Portanto, desprezar a importância do professor no processo educativo, é desconhecer seus fundamentos científicos, uma vez que sem a intervenção do professor, se faz limitada as condições concretas para o amplo desenvolvimento do educando.

Professor e educando são parceiros no processo, sem a figura do primeiro o processo se faz limítrofe e, sem o outro este inexistente.

Educador e educandos (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes.

Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento. (FREIRE, 1982, p.61)

Por isso, quando o professor acata o discurso que a falta de interesse do educando é a principal razão para o fracasso escolar, deixando-se seduzir pelo discurso do senso comum e negando as bases científicas da educação, inconscientemente assume sua incapacidade em realizar seu trabalho que é o de despertar o interesse do aluno pelo saber, pois enquanto sujeito, ser de vontade, só aprende se “quiser”, cabendo ao professor o dever de motivá-lo e de criar as condições necessárias para o seu amplo desenvolvimento.

Ora, o “querer aprender” é também um valor cultivado historicamente pelo homem e, pois, um conteúdo cultural que precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo. Não cabe, pois, à escola, enquanto agência encarregada da educação sistematizada, renunciar a essa tarefa. Por isso é que não tem sentido a alegação de que, se o aluno não quer aprender, não cabe à escola a responsabilidade por seu fracasso. Cabe sim, e esta é uma de suas mais importantes tarefas. Levar o educando a “querer aprender” é o desafio primeiro da didática, do qual dependem todas as demais iniciativas (PARO, V.H. In: Bastos, 2005, p. 64-65)

O professor tem de assumir o papel de despertar no educando a curiosidade, o sonho, um projeto de vida e, assim, um interesse investigativo pelos fenômenos e fatos, tanto no campo das ciências naturais, como da vida social. Para isto, é necessária uma forte ligação da escola com a população (KRUSPSKAYA, 2017).

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA, AÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Neste momento de retrocesso histórico em que vivemos na sociedade brasileira, a escola pública se depara com um grande conflito de interesses, o das classes dominantes em manter e ampliar seu imperialismo, e das classes trabalhadoras em promover uma sociedade mais equitativa e justa.

Todavia, a escola é espaço de disputa ideológica, ou no dizer de Gramsci, de concepções de mundo. Se de um lado a classe dominante, no esforço para manter sua hegemonia, busca constantemente a formação de seus intelectuais (Gramsci, 1978) também aqueles que disputam outro projeto de sociedade encontram na educação e na educação escolar espaços para promover a veiculação de novas práticas e idéias, coerentes a constituição de sociedade democrática. (GARCIA, 2007)

Para que a escola se torne um espaço de fato educativo é necessário que assuma sua ação política e ideológica na emancipação humana e social, efetivando-se enquanto espaço dialético e democrático.

A gestão escolar tem papel central na efetivação deste espaço, uma vez que administrar (gerir) é a utilização racional de recurso para a realização de fins determinados (PARO, 2012), e sendo seu fim o educando enquanto sujeito autônomo, humano histórico, cabe ao Diretor de escola e sua equipe (equipe gestora) apresentar um perfil para além de técnico-educacional, um perfil político e educador, no qual se promova como atitude cotidiana na gestão dos recursos um amplo debate sobre os objetivos sociais da educação e de sua intervenção enquanto agente emancipador de seus educandos e esses enquanto agentes transformadores do status quo social.

É por este caminho que a participação dos estudantes nos assuntos pertinentes à sua educação é conteúdo e método para a formação de sujeitos. A participação, segundo José Diniz Bordenave, é “necessidade fundamental do ser humano”. Afirmo ainda o autor que sua prática envolve a satisfação de necessidades relevantes “tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros”(DÍAZ BIRDENAVE, 1994:16). Entendemos que tais necessidades só podem ser satisfeitas em um contexto no qual os sujeitos possam construir sua autonomia.[...] (GARCIA, 2007)

Educando-protagonista e professor mediador do processo, em sua relação educativa, são o alicerce da construção desta relação dialética entre a escola e a sociedade, e por isso necessitam de um ambiente que enseje este despertar transformador, impondo à direção escolar um papel de articulador e mediador do diálogo entre os pares que constituem a escola, Educandos, Professores, Pais, Gestão e entorno, utilizando-se dos mecanismos constituídos como Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e de um Grêmio Estudantil Livre e Autônomo.

Para isso, o Diretor e sua equipe tem o dever de se entenderem como parte da comunidade educativa constituída pela escola, e não como elemento de gerenciamento da

gestão que ocupa o poder público, pois a educação é importante demais para ser entregue às variações de mercado e às boas intenções de amadores (RAVITCH, 2010).

4. REFERÊNCIAS

BASTOS, João Baptista (Org). *Gestão democrática*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A SEPE, 2005.

CHARLOT, Bernard. *A Mistificação Pedagógica*, realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. *A organização do trabalho na escola e a participação dos educandos*. Educação: Teoria e Prática 2006, v 14, n. 26 p 67 – 93. Disponível em:<<http://ojs-teste.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/410/344>>Acessado em 10 junho 2019.

_____. *A democratização da gestão escolar e a participação dos estudantes: do discurso oficial à “infidelidade normativa” na escola*. In XXII Simpósio Brasileiro – V Congresso Luso-Brasileiro – I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação – Por uma escola de qualidade para todos, 2007, Porto Alegre. Cadernos ANPAE, 2007. v. 1. P. 179-179.

KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I, Tomo I*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas)

PARO, Vitor Henrique. *Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica*. In: Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999 p. 101 - 120. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/352302127/PARO-Parem-de-Preparar-Para-o-Trabalho>> Acessado em 22.maio.2019

_____. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Administração Escolar: introdução crítica*. 17. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. [1. Ed. em 1986]

_____. *Diretor Escolar: gerente ou educador?* São Paulo: Cortez, 2015.

RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.